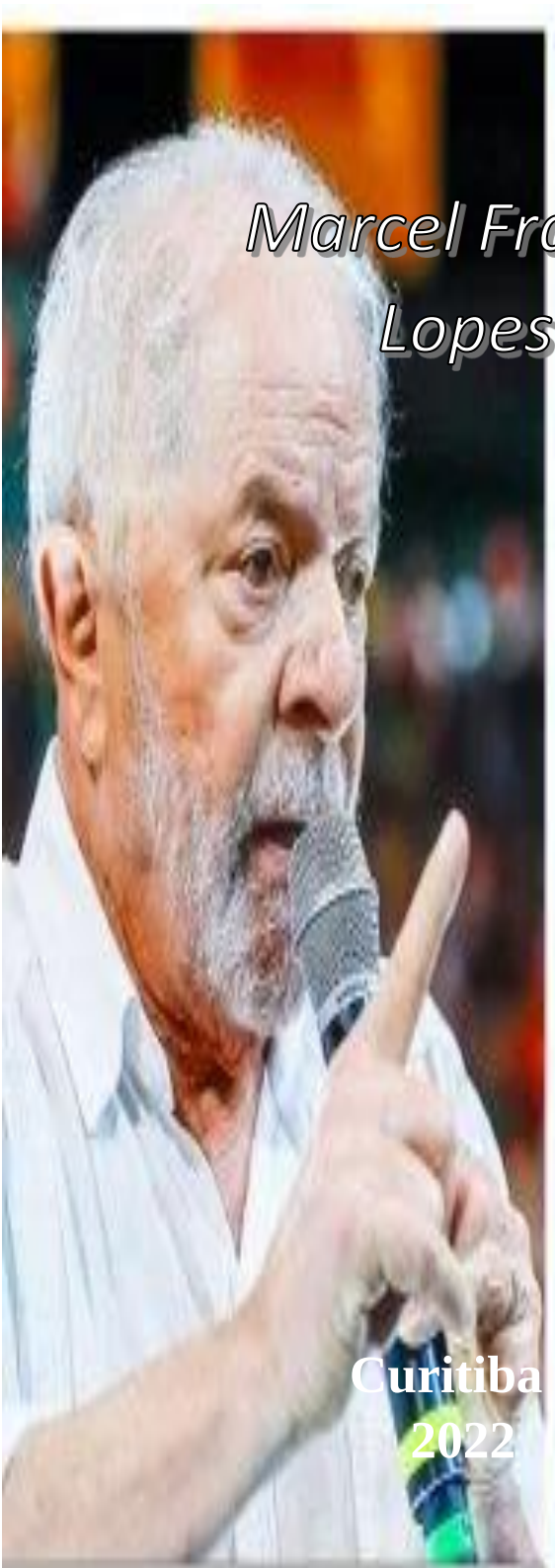


Marcel Franco Lopes

Democracia:

o voto em perspectiva sócio histórica

Curitiba
2022

LOPES, Marcel Franco. *Democracia:* o voto em perspectiva sócio histórica. Curitiba: Flashes&Memórias, 2022, 31p.
.

Marcel Franco Lopes[1]

Democracia: o voto em

Perspectiva sócio histórica

Curitiba

2022

[1] Nascido em 18 de novembro de 1987, em Curitiba. É casado, graduado (2014) e licenciado (2019) em História pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Historiador/MEI fundador da Flashes&Memórias, autor de vários e-books disponíveis à venda no Clube de Autores.

LOPES, Marcel Franco. *Democracia:* o voto em perspectiva sócio histórica. Curitiba: Flashes&Memórias, 2022, 31p.
.

LOPES, Marcel Franco. *Democracia:* o voto em perspectiva sócio histórica. Curitiba: Flashes&Memórias, 2022, 31p.

LOPES, Marcel Franco. *Democracia:* o voto em perspectiva sócio histórica. Curitiba: Flashes&Memórias, 2022, 31p.
.

Sumário

Sobre o autor 6

Apresentação 7

1. **História do voto no Brasil** 9

1.1. Sociologia do voto 10

1.2. *O direito ao voto* 13

2. **A obrigatoriedade ao voto** 15

2.1. *O que é votar?* 18

2.2. *A questão da maioridade* 20

3. **Consciência política** 22

3.1. *Dever social* 25

Algumas considerações 28

Indicação bibliográfica 29

Referências 30

Bibliografia .....

LOPES, Marcel Franco. *Democracia:* o voto em perspectiva sócio histórica. Curitiba: Flashes&Memórias, 2022, 31p.
.

Sobre o autor

Marcel Franco Lopes

Nascido em 18 de novembro de 1987, em Curitiba. Graduado bacharel (2014) e licenciado (2019) em História pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Historiador/MEI fundador da Flashes&Memórias, autor de vários e-books disponíveis à venda no Clube de Autores. Poeta autônomo, criador do projeto Historiografia poética, autor de dois livros físicos: Poesias Reveladas (2009) e coautor de Poesias: uma coletânea de poemas (2013).

LOPES, Marcel Franco. *Democracia:* o voto em perspectiva sócio histórica. Curitiba: Flashes&Memórias, 2022, 31p.
.

Apresentação

A história do voto no Brasil é um retrato da grande disparidade social existente no país desde seu nascimento. Com uma característica elitista, ou seja, levando em consideração a classe social de acordo com os antepassados, não havia ascensão ou descenso social, somente os letrados e com cargos socialmente relevantes, tinham direito ao voto. Além disso, tinha característica essencialmente machista, cabendo aos homens o direito, enquanto as mulheres não tinham "voz" nem vez.

No primeiro capítulo "A história do voto do Brasil" é analisada a trajetória social do exercício do voto. Enquanto medida elitista, o direito ao que se conhece atualmente como exercício da cidadania, foi antes relacionado à posição social, tendo característica hierarquizada. Nessa linha, o subtópico *Sociologia do voto* analisa os efeitos da democratização do voto, mesmo que ainda tenha uma característica excludente. No subtópico seguinte, *O direito ao voto* contextualiza o exercício democrático atual. Mantendo a perspectiva social,

quais são os benefícios do exercício? É possível considerar um direito uma obrigatoriedade?

No segundo capítulo, "A obrigatoriedade do voto", explicar-se-á quais as perspectivas de uma inclusão social no exercício democrático. *O que é* votar*?,* é o tema analisado no primeiro subtópico do segundo capítulo. É possível considerar que, do aspecto sociopolítico, a sociedade sabe o que é votar? *A questão da maioridade* é analisada no segundo subtópico do presente capítulo. Enquanto exercício de uma responsabilidade socialmente ativa, será que a maioridade por si mesma, reflete uma maioridade ética?

No capítulo "Consciência política", analisa-se a assimilação social da importância do exercício democrático. Em que sentido o direito ao exercício do voto contribui para a construção de uma consciência política? No subtópico que encerra o presente trabalho, *Dever Social*, explicar-se-á o voto como um exercício pleno de cidadania, uma vez que concede ao povo o direito de definir seu futuro nacional e regional.

1. A História do voto no Brasil

Com uma história de duzentos anos recém-completos (1821-2021), a história do voto no Brasil reflete um contexto de profundas mudanças sócio-políticas no país. Desde sua primeira eleição no último ano íntegro do regime imperial, nota-se importante disparidade em relação à inclusão dos analfabetos enquanto votantes na política nacional.

Segundo Jairo Nicolau (2002), outro índice importante que demarca a aptidão ao voto durante a Primeira República (1889-1930):

> "Uma das primeiras medidas do governo republicano foi abolir a exigência de renda para ser eleitor ou candidato. Por outro lado, em um artigo singelo, os analfabetos foram proibidos de votar, restrição que só seria suspensa quase cem anos depois: "consideram-se eleitores, para as câmaras gerais, provinciais e municipais, todos os cidadãos brasileiros, no gozo dos seus direitos civis e políticos, que souberem ler e escrever" (decreto nº 6 de 19 de novembro de 1889). "[2]

Há, portanto, permanência de um grave problema social, dissolvido apenas recentemente. Mesmo assim, não resulta na equidade social

[2] NICOLAU, 2002, s/p.

teoricamente sugerida por essa abordagem. Ainda conforme Nicolau (2002), constata-se uma continuidade no processo eleitoral brasileiro nas primeiras décadas da República:

> "O processo de votação durante as quatro décadas da Primeira República praticamente não foi alterado. A mesa eleitoral devia ficar em um recinto separado do resto da sala (desde 1892, por um gradil) onde ficavam os eleitores. O eleitor apresentava o título de eleitor, assinava o livro de presença e depositava a cédula de papel (do comumente usado na escrita e que podia ser impressa) fechada na urna. "[3]

O lento processo de democratização politica na prática ainda revela que, mesmo após considerável homogenia no que tange ao direito democrático de escolha do(s) representante(s), parcela considerável da população não sabe votar.

1.1 Sociologia do voto

> "As evidências indicam que a maior parte do eleitorado, define o destino do voto de forma sensível e emocional, a partir dos atributos simbólicos dos candidatos e das imagens difusas das competições eleitorais. Nesse contexto, estabelece-se a lógica do comportamento da maioria dos eleitores brasileiros, que pode ser interpretado como emotivo, tendo em vista que as preferências

[3] Idem.

> eleitorais tendem a direcionar-se aos candidatos que são mais "conhecidos positivamente", e que, ao mesmo tempo, desfrutam de uma avaliação positiva de confiança, afinidade e simpatia."[4]

Evidencia-se, portanto, que o senso crítico da maior parte da população eleitoral, à época das eleições, define como principal critério a identidade sociopolítica do candidato, o quanto ele se identifica com a posição política do eleitor. Nesse sentido, o senso emocional, cujo fundamenta-se na ideia de que o coração é quem propõe a racionalização ideológica, predomina no momento mais crucial da vida política do país. Em que sentido tal critério deturpa o conhecimento do exercício político do voto no tempo presente? De que maneira a urgência de uma (re)educação social insere-se como prioridade? Quais os impactos nas distintas temporalidades (curto/médio/longo prazos) na vida social brasileira? São algumas das problemáticas a serem trabalhadas nas próximas linhas.

[4]RADMANN, Elis Rejane Heinemann. *O ELEITOR BRASILEIRO UMA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO ELEITORAL*. Porto Alegre, 2001,s/p.